

A Influência de Paradigmas Multiculturais, Políticos e Econômicos na Educação Brasileira e Mundial

Karina Miranda M. Borges Cunha¹

RESUMO: Atualmente, a educação está passando por uma série de mudanças que influenciam direta e indiretamente na vida das pessoas em geral. A escola recebe alunos com diferentes características e necessidades variadas, que podem ser sociais, econômicas, culturais, comportamentais, de saúde, dentre outras; tendo que atender a todos oferecendo educação de qualidade. Com o processo de globalização, as informações são transmitidas de forma muito rápida e, por isso, a sociedade deve estar apta a compreender e a produzir seus próprios conhecimentos a partir dessas informações. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um panorama geral sobre a educação no mundo atual a partir da reflexão de diferentes textos sobre o assunto, mostrando principalmente, como aspectos culturais, políticos e econômicos podem influenciar

no processo de educação.

Palavras-chave: educação, globalização e cultura.

ABSTRACT: Currently, education is passing by a series of changes that directly and indirectly influence people lives in general. The school receives students with different characteristics and different needs, for example, social, economical, cultural, behavioral, health, among others; and must attend all of them, offering quality education. With the globalization process, information is transmitted very quickly and therefore the society must be able to understand and produce their own knowledge from that information. This paper aims to present an overview of education in actual world from the reflection of different texts on the subject, showing mainly, how cultural, political and economical aspects may influence in educa-

tion process.

Keywords: education, globalization and culture.

Introdução

A educação vive um momento que demanda mudança, em decorrência das transformações econômicas e políticas que têm influenciado o meio social e, conseqüentemente, o ambiente educacional. Na visão de Touraine (2007), no passado, a sociedade era pensada em termos políticos; depois, de acordo com um paradigma econômico e social, o qual teve início após a Revolução Industrial. Atualmente, na época da economia global, cada pessoa busca defender sua independência e subjetividade, traçando, nas palavras do autor, um novo paradigma: o cultural. Isso explica o surgimento de vários movimentos sociais e culturais, os quais são

¹Professora de Língua Portuguesa da Faculdade Delta. Graduada em Fonoaudiologia e em Letras – Português e Inglês, especialista em Língua Portuguesa e mestranda em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Goiás.

²Lei de Diretrizes e Bases

vistos na mídia e abordados no cotidiano das escolas atualmente. Com isso, questões sobre a cultura estão sendo cada vez mais discutidas.

O multiculturalismo se apresenta como fator-chave de globalização e deve ser abordado nas escolas, mesmo porque essa pode ser a causa de possíveis conflitos entre diferentes classes sociais, religiões, sexos, etnias, dentre outras. As relações interculturais deveriam fazer parte do currículo da escola, não podendo ser considerados apenas em momentos estanques, como se verifica na maioria das vezes, em comemorações cívicas ou atividades extracurriculares. O ideal seria que se buscassem na cultura vivida pelos próprios alunos, aspectos importantes para serem trabalhados e transformados em conhecimento em sala de aula. Partindo do conhecimento compartilhado pelo grupo, com certeza, haveria maior motivação, pois além do conhecimento formal fazer sentido para o aluno, haveria maior participação e envolvimento do grupo. Quando se parte daquilo que é do conhecimento comum da pessoa, a aprendizagem torna-se de mais fácil acesso, torna-se mais concreta, por mais abstrata que seja.

Em se tratando de papel cultural, a linguagem exerce um importante papel na denominação das pessoas, podendo produzir igualdades ou desigualdades culturais e sociais, dependendo dos interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos. O domínio da linguagem leva à posse do conhecimento e, por conseguinte, ao alcance do poder. Sacristán (2007) afirma que a leitura e a escrita constroem o sujeito, reconstroem a cultura, além de se-

rem instrumentos os quais podem permitir a imersão desse sujeito na cultura, bem como possibilitar que a cultura penetre no sujeito. Deste modo, o ensino dos diferentes usos e papéis da linguagem deveria ser priorizado no ambiente educacional, em qualquer nível, pois é a partir deste domínio linguístico que o ser se constitui e constitui o mundo por consequência. E isto não deveria ser deixado apenas a cargo do professor de língua, mas deveria ser papel de toda a comunidade escolar, pois todos deveriam dominar pelo menos a sua língua materna e estimular o seu uso de forma adequada.

Outro desafio atual para a educação, na visão de Sacristán, é a globalização. Como há uma facilidade maior em relação ao acesso às informações do mundo inteiro, torna-se necessária a formação de indivíduos autônomos, capazes de selecionar aquelas que forem mais contundentes e transformá-las em conhecimentos. Dessa forma, para que o aluno aprenda a fazer uma leitura crítica das informações que o cercam, o professor, em primeiro lugar, deve ser um leitor crítico e atualizado.

Durante muito tempo, o professor foi visto como transmissor de saberes previamente definidos, além de se apresentar ao aluno como único sujeito especializado naquilo que ensina. Em um mundo globalizado, isso deve ser superado, pois o professor não é mais o único detentor do saber, o aluno tem acesso às informações do mundo todo e sobre qualquer assunto por diversos meios: pela família, comunidade, internet, telefone móvel, enfim, pelos diferentes meios de comunicação de massa e outras tecnologias da informação as quais tem aces-

so diariamente. Também é de fundamental importância que o professor assuma uma postura interdisciplinar, proporcionando conhecimentos interligados e mais significativos aos alunos. É preciso que o professor se comporte como um mediador no processo, ele está ali para mostrar caminhos possíveis, não apenas apresentar teorias prontas, regras e exceções.

No que diz respeito às políticas educacionais, a partir da “Declaração de Educação para Todos” na Conferência de Jomtien, na Tailândia em 1990, o Ministério da Educação (MEC) inicia a implementação de diretrizes voltadas para a universalização da educação básica e superação dos quadros de evasão e repetência escolar. Dessa forma, na tentativa de corresponder a essas expectativas, verificam-se propostas para a educação na Constituição de 1988, na LDB2 nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação - PNE, e em outros decretos e resoluções. De fato, houve a universalização da educação, pois as escolas abriram suas portas a todos aqueles que a procuraram. Contudo, a escola pública que antes era seletiva e excludente; hoje, passa por dificuldades com o excesso de alunos e a falta de recursos materiais, físicos e humanos. Talvez essa seja uma das maiores dificuldades pelas quais as escolas públicas passam hoje.

Nesse contexto, surge a ideia da Educação para a Diversidade e uma política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Tal acontecimento exigiu que professores de diferentes níveis buscassem mais conhecimentos na área da educação especial e da diversidade étni-

co-racial, de gênero, dentre outros conhecimentos necessários para compreender o sistema educacional atual. Fundamentando-se pela concepção vygotskiana de que a aprendizagem ocorre a partir da interação entre os indivíduos, os alunos com deficiências mentais, sensoriais e transtornos globais do desenvolvimento foram recebidos nas escolas de ensino regular. Com isso, houve a necessidade de se ampliar o quadro de pessoal destas escolas para atender as especificidades destes alunos. Entretanto, a realidade ainda não é a ideal. Várias escolas públicas no país já contam com a visita de profissionais de diferentes formações, as equipes multiprofissionais, com psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e pedagogos ou psicopedagogos. Estes profissionais são responsáveis por visitas técnicas às escolas, no sentido de orientar aos professores e comunidade escolar sobre o desenvolvimento dos alunos com deficiências, sejam mentais, sensoriais, sociais, culturais ou de aprendizagem. O ideal seria que houvesse uma equipe presente diariamente na escola, e que não fossem apenas visitas esporádicas, que muitas vezes não atendem a toda a demanda necessária.

Observa-se, hoje, uma política voltada para a superação de números nas mais variadas estatísticas. E quanto aos aspectos qualitativos? O MEC aplica provas, como a Prova Brasil, em todo o território nacional, levantando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que tem mostrado resultados insatisfatórios nos últimos anos. As referidas provas trazem uma ideia da situação, mas não podem ser vistas como única referência, pois é fato que

não se avalia um aluno em apenas um dia, a avaliação efetiva e que possibilita melhor confiabilidade é feita de modo processual e contínuo. Então, com o resultado da prova, o que é feito para melhorar a situação encontrada? Normalmente, uma equipe pedagógica do MEC elabora “cartilhas” para que o professor passe por um processo de formação continuada. Será que isso é o bastante? Hoje, já se discute uma política de valorização e premiação financeira dos professores que se destacam em relação ao seu trabalho, mas será que é possível discernir aquele que realmente está engajado em seu trabalho como educador daquele que não corresponde às mais singelas expectativas?

O fato é que o professor tem que querer se superar e buscar a qualidade de ensino fazendo a sua parte. Segundo Libâneo, há que se preocupar com a formação inicial e continuada dos professores, e com a (R)elevância da formação teórica dos professores, da necessidade de adquirirem maior efetividade no uso das instrumentalidades do trabalho docente e da importância dos contextos culturais e institucionais em que se dão o ensino e a aprendizagem.

Porém, esse não é o único problema em relação à educação pública no Brasil, observa-se ainda, a desvalorização salarial; falta de condições de trabalho; faculdades públicas e privadas com cursos de licenciatura em finais de semana; políticas educacionais; pobreza e desemprego; entre outros fatores que podem prejudicar e talvez até impedir o desenvolvimento da educação no país.

Apesar destas considerações, sabe-se que a educação reflete um instrumento que possibilita a

liberdade e a autonomia. Nas palavras de John Dewey, “educação é vida, é viver, é desenvolver-se, é crescer” (1971, p.29). Em contrapartida, aquele que não teve acesso à educação, de acordo com Sacristán, pode apresentar dificuldade em se expressar, em participar ativamente na política, em seu direito ao trabalho, etc. Percebe-se um consenso entre os estudiosos em Educação, pois Paulo Freire também defendia a pedagogia crítico-libertadora e a educação para a cidadania, que é o que realmente deveria ser feito em todas as escolas; não uma educação que se preocupa com a repetição de conceitos prontos e adquiridos ao longo dos tempos, mas sim o desenvolvimento da capacidade de pensar e refletir de modo crítico sobre esses conhecimentos que já foram adquiridos e que são transmitidos de uma geração a outra, além dos novos conhecimentos que são produzidos a cada momento e em todas as partes do mundo, bem como as notícias e informações que fazem parte da atualidade.

O momento atual é de mudança para que a educação siga o caminho daqueles que a preconizaram. A partir da tomada de consciência de que algo deva ser feito, de pesquisas científicas e empenho por parte de todos os atores sociais envolvidos com a causa, pode-se esperar um novo olhar e, consequentemente, um pensar e um fazer diferentes para a educação. Lembrando o que diz Sacristán, “sem utopia, não há educação” (2000, p.49), utopia não no sentido de apenas sonhar com o que pode ser feito, mas sim como um planejamento inicial para aquilo que deve ser colocado em prática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf, acesso em 08 jul 2010.
- DEWEY, John. Vida e Educação. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Coleção polêmicas do nosso tempo. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- LIBÂNEO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. *Educar*, n. 24, p. 113-147. Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2211/1854>, acesso em 08 jul 2010.
- SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato/ org. Francisco Imberón; trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Trad. Gentil Ave-lino Tilton. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WCEFA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990. Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000108.pdf>, acesso em 08 jul 2010.